



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001587-06.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **MAURÍCIO EDUARDO MECCA**
 Requerido: **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e outro**

Vistos.

MAURICIO EDUARDO MECCA ajuizou ação contra **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS e CVC SHOPPING IGUATEMI SÃO CARLOS**, alegando em síntese, que em uma viagem náutica contratada com as requeridas, acidentou-se fraturando a perna e necessitou de remoção área para o seu local de origem, entretanto não obteve o devido suporte das rés, arcando com os gastos de seu deslocamento mesmo tendo aderido o seguro oferecido pelas prestadoras com total cobertura incluindo transporte aéreo em caso de acidentes. Assim, requer a condenação das requeridas ao pagamento de danos morais, materiais, lucros cessantes, tendo em vista a incapacidade temporária do autor para realizar suas atividades laborativas, e acompanhamento médico com a consequente constituição de convenio médico.

Citadas as requeridas contestaram, alegando em suma que o evento danoso ocorreu por culpa do autor, sendo ausentes vícios e defeitos na prestação do serviço, alegam ainda que são partes ilegítimas para figurar o polo passivo da ação. Portanto requer a improcedência do pedido.

O processo foi saneado deferindo-se as partes a produção de prova documental e testemunhal.

Realizou-se audiência de instrução e julgamento pra oitiva das testemunhas arroladas.

As partes apresentaram suas alegações finais, cotejando a prova e ratificando suas teses.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não se sabe a razão pela qual o autor deixou de exigir da Companhia Seguradora o atendimento das despesas que enfrentou com o sinistro, pois mencionou expressamente a contratação de seguro de acidentes, como é típico nessa modalidade de viagem.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A queda da embarcação utilizada quando regressou ao navio não pode ser atribuída à operadora de turismo. O navio ancorou em Búzios – RJ, todos os passageiros desceram e fizeram uso de uma embarcação menor, um bote. Ao final da tarde retornaram. Segundo o autor, a escada do bote era muito alta e íngreme, com degraus curtos, razão pela qual, apesar de segurar no corrimão, escorregou, prendeu o pé e sofreu fratura (v. Fls. 2/3). No entanto, a prova produzida, tanto documental quanto testemunhal, não revelam qualquer anormalidade, perigo ou qualquer outra ameaça à integridade física dos tripulantes, senão o risco inerente ao subir e descer uma escada, quiçá mais estreita, como é típico dessas embarcações. Fato é que o autor já havia utilizado essa mesma escada, sem nenhum risco anormal, o que também se pode dizer a respeito dos outros muitos e muitos passageiros. Destarte, sem se identificar qualquer anormalidade no sistema construtivo da escada ou nos recursos utilizados para o transporte do passageiro, a hipótese mais plausível que sobra é descuido do próprio autor ou um acidente, na expressão da palavra, ou seja, um episódio casual, fortuito.

Ato seguinte, o autor recebeu os primeiros cuidados no próprio navio e depois foi transportado para um hospital, na cidade de Búzios (fls. 3). Também aí não se identifica falha do serviço de turismo, pois a condição do passageiro exigia cuidados superiores àqueles possíveis de serem prestados a bordo.

Chegando ao píer, uma ambulância já aguardava o autor, sendo então levado para o hospital municipal local (fls. 4), sintoma de que a operadora de turismo, por seus prepostos, cuidaram do atendimento médico necessário.

O hospital local não tinha estrutura para o atendimento do autor (fls. 4), havendo necessidade de remoção para outro, melhor estruturado (fls. 4). É inviável imaginar que a região de Búzios não tinha um estabelecimento adequado, público ou particular, para o atendimento. Mas não constituía obrigação da operadora de turismo responder pelo custo da remoção e pelo tratamento médico, seja porque providenciou o necessário transporte para um hospital, seja porque o autor poderia utilizar os serviços de sua preferência, em instituição pública ou particular, valendo-se inclusive do contrato de seguro já informado. Aqui novamente a falta de explicação da razão pela qual deixou de demandar a seguradora, naquela oportunidade, para o recebimento dos cuidados necessários, ou posteriormente, para ressarcimento das despesas que enfrentou. Na verdade, o autor mencionou requisição de transporte à seguradora (fls. 5), ficando sem explicação razoável o desfecho e a inércia em exigir o cumprimento das obrigações contratuais, seja administrativamente, seja judicialmente, ainda que em caráter indenizatório (fls. 6/7). Fato é que o impasse com a seguradora não pode ser atribuído à operadora de turismo.

A operadora de turismo prestou ao autor a assistência necessária e possível, fazendo sua remoção para um hospital. O atendimento médico em si não poderia ser atribuído a ela, como também não ser debitado para ela a necessidade de utilização de outra hospital na região ou a opção do autor, de ser removido para sua cidade de origem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Afigura-se um exagero, com a devida licença para dizer, a pretensão de ser indenizado por incapacidade funcional residual (fls. 9/10), pela sequela resultante da queda na embarcação, o que decorreu de um episódio casual, um acidente, não atribuível à operadora de turismo, inexistente defeito na prestação do serviço.

Malgrado a alegação expressa, de que houve defeito no serviço prestado (fls. 10), tal não se depreende dos autos.

A se considerar perigoso em si, o ato de subir e descer de uma descada (fls. 12), qualquer acidente em escalada seria atribuível ao proprietário do prédio ou da embarcação, o que não se afigura plausível sem demonstração de existência de existência específico de um risco anormal ou de um defeito. Lembre-se da narrativa do próprio autor, de que "escorregou no degrau com o pé direito, ficando o pé esquerdo travado" (fls. 3). Nem se revela plausível a alegação de desconhecimento do risco inerente à utilização de uma embarcação sujeita à movimentação ou da própria escada naquela situação (fls. 13).

Nos contratos de turismo, *se o serviço, propriamente dito, ou o produto utilizado para a realização do serviço forem defeituosos, terá o fornecedor o dever de indenizar a vítima, independentemente da existência de culpa* (Paulo Jorge Scartezini Guimarães, "Dos Contratos de Hospedagem, de Transporte de Passageiros e de Turismo", Editora Saraiva, 2ª edição, página 306).

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas nos autos, e dos honorários advocatícios do patrono das contestantes, fixados por equidade em 15% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 15 de setembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**